



Revista Latino-Americana
de Estudos Avançados

V.1, N.1

JAN./JUN. 2016

p. 118–137

O CONTINENTE AFRICANO E A PRODUÇÃO AFRICANA DO CONHECIMENTO

EL CONTINENTE AFRICANO Y LA PRODUCCIÓN
AFRICANA DEL CONOCIMIENTO

THE AFRICAN CONTINENT AND THE AFRICAN
PRODUCTION OF KNOWLEDGE

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia, Salvador.
cfurtado.unicv@gmail.com

CLÁUDIO ALVES FURTADO¹

RESUMO: O conhecimento do percurso histórico do continente africano tem vindo, nas últimas décadas, a merecer uma atenção particular de pesquisadores e cientistas, africanos e africanistas num importante esforço que vem sendo empreendido desde os meados da década de cinquenta do século passado e que viria a conhecer um de seus apogeus na elaboração, sob os auspícios da Unesco, dos oito volumes da História Geral da África. No entanto, negações, denegações e silenciamentos da África, dos africanos e suas historicidades persistem tanto em determinadas tradições teóricas e epistemológicas quanto em discursos de algumas elites, nomeadamente a política, dos países euro-ocidentais. O presente texto ambiciona, por um lado, fazer emergir os reptos académicos e políticos que, neste momento, se colocam a uma adequada e pertinente produção científica sobre o continente africano e, por outro, tentar esboçar possíveis alternativas epistemológicas, teóricas e metodológicas que poderão ressituar e ressignificar a história dos povos africanos e de suas sociedades, propondo uma leitura concomitantemente endógena e local, mas universal no sentido em que ela se encontra inserida na dinâmica e nas vicissitudes históricas que colocaram – e colocam – a África e os africanos em relação consigo mesmos e com outros povos, continentes e civilizações.

Palavras-chave: África; história; historicidade; autonomia; endogenia.

RESUMEN: El conocimiento de la evolución histórica del continente africano ha merecido, en las últimas décadas, especial atención de los investigadores y científicos sociales, africanos y africanistas, un importante esfuerzo ha llevado a cabo desde mediados de los años cincuenta del siglo pasado. Este esfuerzo llegó a conocer a uno de sus pináculos en el desarrollo, bajo los auspicios de la Unesco, de los ocho volúmenes de la Historia General de África. Sin embargo, negaciones, denegaciones y los silencios de África, los africanos y su historicidad persisten tanto en ciertas tradiciones teóricas y epistemológicas como en los discursos de algunas élites, especialmente la política, de los países euro-occidentales. Este trabajo tiene como objetivo, por un lado, poner de manifiesto los retos, académicos y políticos, que ahora se enfrenta la producción científica en el continente africano, de una forma adecuada y pertinente, y en segundo lugar, tratan de delinear posibles alternativas epistemológicas, teóricas y metodológicas que puedan resituar y replantear el proceso de estudio de los pueblos africanos y sus sociedades, proponiendo una lectura concomitantemente endógena y local, pero universal en el sentido de que se inserta en las dinámicas y vicissitudes históricas que pusieron –y ponen– el África y los africanos en relación con ellos mismos y los demás continentes y civilizaciones.

Palabras clave: África; historia; historicidad; autonomía; endógena.

ABSTRACT: The knowledge of the historical development of the African continent has deserved, in recent decades, special attention of researchers and social scientists, Africans and Africanists. In fact, a major effort has been undertaken since the mid-fifties of the last century. And the writing and publication, under the auspices of Unesco, of the General History of Africa, is an example. However, denials, rejections and silences of Africa, Africans and their historicity persist in certain theoretical and epistemological traditions as in speeches of some elites, specially the political one, from Euro-Western countries. This paper aims, on the one hand, bring out the academic and politics challenges that, in this moment facing the scientific production on the African continent in an appropriate and relevant way and on the other, try to outline possible epistemological, theoretical and methodological alternatives that may resituate and reframe the study of the African peoples and their societies, proposing a concomitant endogenous and local reading, but universal in the sense that it is inserted in the dynamic and historical vicissitudes that put –and place– Africa and Africans in relation with themselves and other people, continents and civilizations.

Keywords: Africa; history; historicity; autonomy; endogenous.

SITUANDO A REFLEXÃO

A produção do conhecimento sobre o continente africano, particularmente de sua história, tem vindo, nas últimas décadas, a merecer uma atenção particular de historiadores e cientistas sociais africanistas reforçando o esforço empreendido pelos cientistas africanos que, desde os meados da década de cinquenta do século passado, com um acentuado aprofundamento no contexto das independências a partir da década de sessenta, têm vindo a proceder a uma desconstrução e reconstrução do conhecimento sobre as sociedades, povos e culturas africanos, numa nítida perspectiva de endogeneidade (HOUNTONDJI, 2008; ADESINA, 2008).

Fora do continente, esforço semelhante tem sido observado, nomeadamente na América Latina, de forma particular no Brasil, onde a introdução no sistema educativo da obrigatoriedade do estudo da História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras tem permitido uma forte dinamização de estudos e pesquisas sobre o continente africano e as relações entre as diásporas africanas nas Américas e na África.

Não obstante os avanços verificados na valorização do continente africano, de sua história e historicidades, e nas abordagens teóricas e metodológicas que têm sustentado esses avanços, desafios são ainda enormes bem como os dilemas a eles associados. O reconhecimento da existência desses desafios encontra-se bem presente no posicionamento das organizações continentais de promoção do desenvolvimento da pesquisa em ciências humanas e sociais, tais como o Conselho para o Desenvolvimento das Ciências Sociais em África (CODESRIA), o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Humanas (HSRC) e a Organização para a Pesquisa em Ciências Sociais na África Oriental e Austral (OSSREA).

A presente reflexão intenta, por um lado, fazer emergir os reptos académicos e políticos que, neste momento, se colocam a uma adequada e pertinente produção científica sobre o continente africano e, por outro, tentar esboçar possíveis alternativas epistemológicas, teóricas e metodológicas. Importa, no entanto, situar o escopo e o recorte da presente reflexão com o intuito de melhor situar os questionamentos que a presidiram. Em primeiro lugar, por razões de ordem epistemológica, a reflexão não se reduz à produção historiográfica, assumindo-se, seguindo uma prática que já se tornou uma tradição nas diversas escolas historiográficas africanas de que a produção do conhecimento no domínio das ciências humanas e sociais em e sobre África só é heurísticamente significativa se ancorada numa perspectiva interdisciplinar, quando não transdisciplinar (KI-ZERBO, 2011; GORDON, 2014; MORIN, 2006), consubstanciando-se numa importante inflexão paradigmática.

Em segundo lugar, a reflexão é feita a partir do continente africano, significando uma escolha política e epistemologicamente situada. Pretende-se analisar os principais desafios e dilemas que se colocam às academias/académicos e aos centros de pesquisa africanos no domínio da produção historiográfica, essencialmente, mas também extensivos às demais ciências humanas e sociais. Neste sentido, o diálogo se dá, essencialmente,

com os pesquisadores africanos e não com os africanistas, não negando a estes o grande contributo teórico e metodológico que aportaram e têm aportado aos estudos africanos.²

Em terceiro lugar, o diálogo se dá essencialmente com os pesquisadores africanos contemporâneos e não, como sustentam Zeleza (2005) e Ochawada (2005), com historiadores e cientistas sociais africanos nacionalistas (a denominada geração das independências). Com efeito, assumimos, de um lado, a extrema relevância científica e política desses pesquisadores e acadêmicos (proto)nacionalistas para a construção de um campo científico no continente africano e para a inscrição da África na História e na história das ciências e, do outro, a pertinência e atualidade de muitas de suas proposições teóricas e metodológicas.³ Antes, pretende-se sustentar que novos desafios e dilemas, associados a alguns que persistem do passado, se apresentam às novas gerações de pesquisadores africanos como importantes obstáculos (epistemológicos, teóricos e metodológicos, mas também políticos) a ultrapassar.

Finalmente, o último recorte tem a ver com os desafios e dilemas que serão objetos de reflexão. Por mais que se queira ter como objetivo a construção de uma reflexão holisticamente fundada e que possa recobrir a totalidade do objeto de reflexão, tal constitui um empreendimento teórico e epistemologicamente impossível, até porque os objetos de pesquisa resultam de escolhas, de recortes e, por isso, refletem uma construção. Neste sentido, dois são os desafios/dilemas que serão objeto, com graus diferenciados de profundidade, de nossa reflexão: (i) a dimensão estritamente epistemológica, pontuando essencialmente as condições teóricas e sociais de produção de um conhecimento a um só tempo teórico e socialmente relevante, ancorada naquilo que Hountondji denominou de endogeneidade (HOUNTONDJI, 1978) e que Mafeje pontua como necessidade de se contrapor à epistemologia da alteridade (2001); (ii) a questão das fontes, retomando uma discussão já clássica e fortemente refletida no processo de elaboração da História Geral da África, mas que havia sido objeto de reflexão de outros pensadores africanos, nomeadamente Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Hampâté Bâ, tem sido retomada mais contemporaneamente, designadamente por Valentin Yves Mudimbe e Ousmane Oumar Kane. Ela se revela importante não apenas pelas dificuldades de acesso como também pela origem e pela sua ancoragem num quadro político e ideológico de sua produção e que se liga fortemente com a dimensão epistemológica, uma vez que as fontes são erigidas como centrais na formação do pesquisador (*colonial library*) e, por conseguinte, da produção do conhecimento científico, em geral, e do conhecimento histórico, em particular. Neste quadro, a produção de “intelectuais não-eurófonos” (KANE, 2014) poderia ser relevante tanto do ponto de vista da formação dos novos pesquisadores quanto de acesso a outras fontes documentais que poderão permitir uma (des/re)construção de importantes momentos históricos e de várias regiões e sociedades africanas.

² Quando se pontua que o debate se dá com os pesquisadores africanos, a ideia é menos debater com figuras em concreto e mais com as ideias que têm circulado nos encontros e nas publicações envolvendo os pensadores africanos. Por isso, apenas onde se mostra necessário são referenciados autores/pesquisadores em concreto, o que não significa que estes abarcam a totalidade dos grandes debates ou que consistiriam, necessariamente, em paradigmas e referentes desses mesmos debates e reflexões.

³ Como já referenciado anteriormente, em alguns momentos da nossa reflexão indicamos, de forma indicativa e, por isso, não exaustiva, alguns desses estudiosos e pesquisadores africanos. Não se busca estabelecer um diálogo com a sua produção e os limites a ela inerente por não constituírem objeto da presente reflexão.

Assim, o nosso percurso reflexivo comportará três momentos. No primeiro, mediante uma abordagem retrospectiva relativamente sintética, buscarei situar as ausências e silêncios devotados à África pela historiografia e demais ciências sociais e humanas, e quando presente, a África aparece de forma subalternizada e/ou atrelada e subsidiária da história e da civilização euro-ocidental. Num segundo momento, enumerarei, de forma sucinta, as reações e os reposicionamentos de alguns historiadores e cientistas sociais africanos, particularmente os nacionalistas, no sentido de, por um lado, demonstrar como buscaram desconstruir “a invenção e a ideia de África” (MUDIMBE, 1988; 1994) e, por outro, reconstruir uma história que, resgatando um passado até então obnubilado, “glorificasse” o continente africano (OCHWADA, 2005). O terceiro momento da reflexão pontuará as vicissitudes e os silêncios (DEPELCHIN, 2005) que, entretanto, permaneceram e as dependências, ainda significativas à “*colonial library*”, como sugeriu Mudimbe, e/ou a internalização da “cultura eurófona” apontada por Appiah (1997). Finalmente, nas reflexões finais, tentarei apontar novas possibilidades que estarão emergindo, num reposicionamento epistemológico, teórico e metodológico, impactando o espaço-tempo da história e historicidade africanas, integrando como parte indissolúvel neste processo/projeto as diásporas africanas.

ÁFRICA E A DENEGAÇÃO DE SUA HISTORICIDADE: DISCURSOS, DESCONSTRUÇÕES DISCURSIVAS E INSISTÊNCIAS NARRATIVAS

O processo de constituição e consolidação do campo científico é concomitante da construção de objetos do conhecimento e dos paradigmas teóricos indispensáveis à construção da ciência e de sua legitimação. Ao mesmo tempo, esse processo é também correlato de uma distribuição espacial (no sentido físico e geográfico) dos terrenos de pesquisa entre as diversas ciências sociais e humanas emergentes. Em alguns casos, como foi no da História e também da Sociologia, tal processo significou a rejeição de determinados espaços como objetos do ofício do historiador e do sociólogo por estarem despidos de historicidade ou por não serem sociedades complexas, ainda que, paradoxalmente, possamos situar em Ibn Kaldum a proposta de constituição de um conhecimento que se poderia chamar científico das sociedades humanas. Este era o caso do continente africano e das Américas, ao menos até a chegada dos europeus, que com eles terão feito aportar, eufemisticamente é certo, a historicidade, mas mesmo assim completamente tributária e atrelada à História do demiurgo fundador – os europeus.⁴

⁴ A construção da inferioridade do continente africano se dá, no plano discursivo, buscando fundamentar-se nas dimensões moral, filosófica e religiosa. Alguns pensadores europeus pontificam nessa produção discursiva: Voltaire, Cuvier, Gobineau, Lévy-Bruhl, Hume, Kant e, claro está, Hegel sobre o qual recairá nossa atenção.

Uma das primeiras legitimações discursivas dessa não historicidade do continente africano, nosso objeto de análise, se encontra presente nos trabalhos de Hegel.⁵ Gostaríamos, de forma sintética, sumariar as teses e ideias deste autor para, num segundo momento, apontar as críticas que elas mereceram da parte de alguns pensadores africanos.⁶ Esta retomada é feita não apenas para pontuar as bases filosóficas de legitimação de uma determinada visão de África e sua construção, como também assinalar a sua presença, não obstante as fortes e estruturais críticas a que foi e tem sido objeto, tanto na produção científica quanto, e acima de tudo, em discursos políticos contemporâneos.

Hegel, ao pensar o desenvolvimento do espírito, da razão, da liberdade e da História, e ao associar o ponto culminante do desenvolvi-

⁵ O texto utilizado para a presente reflexão é um extrato em francês do livro *La raison dans l'histoire* editado pelas Éditions 10/18, com a tradução e introdução de Kostas Papaioannou. O extrato aqui utilizado é o que pode ser consultado online em HEGEL [1937], consultado em 12 de setembro de 2015, a partir da edição de 2003. A paginação utilizada é do extrato e não do texto original impresso.

⁶ Para uma análise mais sistemática e aprofundada sobre o pensamento de Hegel e o continente africano e as críticas a esse mesmo pensamento, vide, de entre outros pensadores africanos, Dieng (2006; 2013) e Tavarès (1990).

⁷ Na verdade, Hegel divide a África em três partes ou, nas palavras dele, três continentes: “A África é, por assim dizer, composta de três continentes que estão completamente separados um do outro e não possuem qualquer comunicação recíproca. Um se encontra ao sul do deserto do Sahara: é a África propriamente dita, o alto país que nos é totalmente desconhecido, com estreitas bandas costeiras a bordo do mar. O Outro, situado ao norte do deserto, é a África, por assim dizer, europeia, um país de costas. O terceiro é a bacia do Nilo, o único vale da África, que se liga à Ásia” (HEGEL, 2003, p. 1).

⁸ “Este continente não é interessante do ponto de vista de sua própria história, mais pelo fato de que nós vemos o homem num estado de barbárie e de selvageria, que o impede ainda de fazer parte integrante da civilização. A África, tão longe da história, ficou fechada, sem laços com o resto do mundo; é o país do ouro, fechado sobre si mesmo, país da infância que, para além do dia da história consciente, se fechou na escuridão da noite. Se ele se encontra assim fechado, isso se deve não apenas à sua natureza tropical, mas, essencialmente, à sua constituição geográfica”.

mento no Ocidente, coloca o continente africano e os africanos, de forma particular a “África propriamente dita”,⁷ na infância do desenvolvimento do Espírito. As condições geográficas e climáticas, isolando o continente africano do resto do mundo, explicariam esta ausência do desenvolvimento do Espírito, condição de pertença à História Universal.

Com base em leituras de alguns cronistas europeus, Hegel analisa o estágio de desenvolvimento daquilo que ele considera como sendo a “África propriamente dita”, para, não apenas sustentar um conjunto de inferências sobre os africanos, seu estágio de não consciência, uma vez que despídos, ainda, da capacidade de abstração, como também fundamentar uma separação ou cisão do continente em partes ou domínios geográficos e que viria a tornar-se clássica nas narrativas científicas e políticas sobre o continente africano, ainda não completamente dissipada. Com efeito, sustenta Hegel em *A Razão da História* que:

Ce continent n'est pas intéressant du point de vue de sa propre histoire, mais par le fait que nous voyons l'homme dans un état de barbarie et de sauvagerie qui l'empêche encore de faire partie intégrante de la civilisation. L'Afrique, aussi loin que remonte l'histoire, est restée fermée, sans liens avec le reste du monde; c'est le pays de l'or, replié sur lui-même, le pays de l'enfance qui, au-delà du jour de l'histoire consciente, est enveloppé dans la couleur noire de la nuit. S'il en est ainsi fermé, cela tient non seulement à sa nature tropicale, mais essentiellement à sa constitution géographique (HEGEL, 2003, p. 2-3).⁸

Nitidamente, o homem africano, na perspectiva de Hegel, não teria atingido um estado de desenvolvimento que lhe permitisse ter consciência de si, de sua individualidade e de seu direito à liberdade. Neste sentido, acrescenta:

⁹ “De uma maneira geral, nós devemos dizer que, na África interior, a consciência não atingiu ainda o limiar da intuição de nada que seja solidamente objetivo, de uma objetividade. Por objetividade sólida é preciso compreender Deus, o eterno, o justo, a natureza, as coisas naturais (...). Os Africanos, em contrapartida, não atingiram ainda este nível de reconhecimento do universal. Sua natureza está fechada sobre si mesma. O que nós chamamos de religião, estado, realidade, existindo em si e para si, válidos de forma absoluta, tudo isto não existe ainda para eles”.

D’une façon générale, nous devons dire que, dans l’Afrique intérieure, la conscience n’est pas encore arrivée à l’intuition de quelque chose de solidement objectif, d’une objectivité. Par objectivité solide il faut entendre Dieu, l’éternel, le juste, la nature, les choses naturelles. (...) Les Africains, en revanche, ne sont pas encore parvenus à cette reconnaissance de l’universel. Leur nature est le repliement de soi. Ce que nous appelons religion, État, réalité existant en soit et pour soi, valable absolument, toute cela n’existe pas encore pour eux (HEGEL, 2003, p. 2).⁹

Legitimando uma taxonomia ainda hoje presente e que separa o continente africano entre a África do Norte (mediterrânea, branca, magrebina) e a África subsaariana (negra), Hegel sustenta que Cartago e Egito (e, por extensão, toda a África mediterrânica) teria uma dinâmica própria na interface entre o oriente e o ocidente e nas ligações com os fenícios.¹⁰

Várias críticas foram feitas ao pensamento hegeliano por parte de pesquisadores africanos, e importa aqui sublinhar algumas delas. Um dos pioneiros e mais importantes críticos do pensamento

hegeliano foi, sem dúvida, Cheikh Anta Diop. Suas críticas estão transversalmente presentes em quase todas as suas obras. Na primeira delas, em *Nations nègres et Culture* (1954), ele sustenta que se impunha negar um Egito Negro e neste quadro a emergência da Egiptologia serve para limpar, dos espíritos e da memória, a dimensão negra da civilização egípcia. Tese que viria a ser desenvolvida em *Anteriorité des civilisations nègres- mythe ou vérité historique?* (1967).

Seguindo as pegadas de Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga prossegue o trabalho de desconstrução da negação da historicidade do continente africano e da inexistência de relações entre o Egito e a África Negra. Em meados da década de setenta do século passado, articulando a história e a linguística, ele publica, na revista *Présence Africaine*, o artigo *L’Afrique dans l’Antiquité - Egypte pharaonique/Afrique Noire* (1973).¹¹ O recurso à linguística foi importante na sua argumentação, permitindo-lhe comparar a língua egípcia antiga com línguas negro-africanas contemporâneas, bem como textos antigos. É o começo do que poderemos denominar da emergência de uma “escola africana de egiptologia” (DIOP, 2012).

Por sua vez, Amady Aly Dieng (2006), em *Hegel et l’Afrique Noire....*, sublinha que para Hegel a filosofia é grega e, por conseguinte, europeia e se encontra na matriz da civilização ocidental. Aponta, contudo, num diálogo interessante com pensadores africanos (aproveitando as pesquisas mais exaustivas de Pierre Franklin Tavarès), que a visão de Hegel sobre o continente africano conheceu algumas nuances durante a sua vida, embora em termos estruturais, ela se tenha mantido relativamente intacta. No entanto, tanto Dieng quanto Tavarès afirmam que, de forma substantiva, para o pensamento hegeliano, a “África propriamente dita”, como vimos, a África subsaariana, estava fora da história universal, uma vez que o homem ainda se encontraria no estado da consciência sensível,

¹⁰ No continente africano, críticas ao pensamento hegeliano têm sido várias ao longo das últimas décadas. Para além dos autores e obras referenciados no texto ver: Dieng (2013); Okonda (2010); Agossou (2005).

¹¹ Théophile Obenga tem uma vasta produção historiográfica, sendo dos mais importantes egiptólogos africanos. No que diz respeito aos seus trabalhos inserindo o Egito no continente africano, assinalaria as publicações de 1990; 1993 e 1995.

sendo, por isso, incapaz de evoluir.¹² Uma forma de pensamento que não se sustenta do ponto de vista das evidências históricas, linguísticas e arqueológicas. Esta perspectiva reflexiva presente em Hegel e em outros autores europeus do século XX e meados do XX, não obstante as fortes críticas a que foi submetida, nomeadamente por parte de historiadores africanos nacionalistas, não se esvaiu completamente. Com efeito, na década de 1960, o historiador britânico Hugh Trevor-Hoper sustentava: “*Perhaps in the future, there will be some African History to teach. But, at the present there is none: there is only the history of the Europeans in Africa. The rest is darkness*” (TREVOR-ROPER, 1965, p. 9).¹³

Mais recentemente, em 2007, Nicolas Sarkozy (então presidente da República Francesa) num discurso aos jovens na Universidade Cheikh Anta Diop (UCAD, Dakar, Senegal), entre tantas aleivosias, afirma o seguinte:

Le drame de l’Afrique, c’est que l’homme africain n’est pas assez entré dans l’histoire. Le paysan africain, qui depuis des millénaires, vit avec les saisons, dont l’idéal de vie est d’être en harmonie avec la nature, ne connaît que l’éternel recommencement du temps rythmé par la répétition sans fin des mêmes gestes et des mêmes paroles (SARKOZY, 2007, p. 4).¹⁴

Para acrescentar que:

le problème de l’Afrique, c’est de cesser de toujours répéter, de toujours ressasser, de se libérer du mythe de l’éternel retour, c’est de prendre conscience que l’âge d’or qu’elle ne cesse de regretter, ne reviendra pas parce qu’il n’a jamais existé. Le problème de l’Afrique, c’est qu’elle vit trop le présent dans la nostalgie du paradis perdu de l’enfance. Le problème de l’Afrique, c’est que trop souvent elle juge le présent par rapport à une pureté des origines totalement imaginaire et que personne ne peut espérer ressusciter (SARKOZY, 2007, p. 4).¹⁵

O inusitado do discurso do Presidente da República Francesa se encontra, infelizmente, menos no conteúdo de sua narrativa e mais no lugar de sua enunciação. Com efeito, a UCAD leva o nome daquele que de forma mais veemente desenvolveu pesquisas buscando demonstrar a anterioridade da civilização africana e as origens negro-africanas da civilização egípcia. O trabalho por ele desenvolvido no Instituto Fundamental da África Negra, em Dakar, buscou de forma permanente recentrar o continente africano na história da humanidade, não apenas como berço dos hominídeos, mas da civilização humana.

¹² De uma forma sintética, a visão de África presente em Hegel e que perpassa quase a totalidade do pensamento ocidental sobre o continente no século XIX e meados do XX, pode ser sistematizada como segue: (i) o pensamento hegeliano separa o continente africano e seus povos em três grandes regiões não apenas geográficas como societárias. (ii) Esta (di)visão o leva a considerar, ou melhor, a retirar a África subsaariana da história universal, não tendo sido tocada pelo Espírito de Deus (Geist); (iii) suas implicações, ainda que inconscientes e que teriam legitimado posicionamentos posteriores, são o pretensão isolacionismo da “África propriamente dita” com relação à Europa, tornada o centro da história universal, a separação entre a “África branca e a África negra”, dando ao deserto do Sahara uma função de fronteira intransponível entre suas margens, colocando a margem sul de fora das dinâmicas globais. Da mesma forma, esta reflexão sustenta, propõe explicar e, por esta via, legitima uma visão de uma África escravista – justificando, de certa forma, o tráfico atlântico –, contando com regimes políticos, lá onde existiam, despóticos, um continente de polígamos como forma de produzir mão-de-obra, essencialmente escrava, e fetichista. Neste sentido, não poderia um continente sem história (excetuando sempre o Magrebe e o Egito) constituir objeto de estudo da História.

¹³ “Talvez no futuro, haverá alguma História de África para ensinar. Mas, no momento não há nenhuma: há apenas a história dos europeus na África. O resto é escuridão”.

¹⁴ “O drama da África é que o homem africano não entrou suficientemente na história. O camponês africano que, por milhares de anos, vive com as estações do ano, cujo ideal de vida é estar em harmonia com a natureza, conhece apenas a eterna renovação do tempo pontuada pela repetição sem fim dos mesmos gestos e mesmas palavras”. As numerações das páginas foram efetuadas pelo autor.

¹⁵ “O problema da África é parar de sempre repetir, sempre recordar, para se libertar do mito do eterno retorno, é tomar consciência que a idade de ouro que ela nunca para de lamentar, não voltará porque ela nunca existiu. O problema de África é que ela vive muito nesta nostalgia do paraíso perdido da infância. O problema em África é que muitas vezes ela julga o presente em relação a uma pureza original completamente imaginária e que ninguém pode ter esperança de ressuscitar”.

Ao mesmo tempo, a sua ação política foi toda ela destinada à busca do rompimento da situação colonial, sendo um dos grandes nacionalistas africanos. Aliás, e a este propósito, o historiador camaronês Thierno Moctar Bah aponta que:

la problématique qui se dégage de *Nations nègres et culture* est une critique acerbe de l'historiographie coloniale, source d'aliénation et la rédaction d'une « vraie histoire de l'Afrique » qui aura une vision globale du passé du continent avec, pour genèse l'Égypte ancienne (BAH, 2015, p. 15).¹⁶

¹⁶ “A problemática que emerge de *Nations nègres et culture* é uma crítica acerba da historiografia colonial, fonte de alienação e da redação de uma ‘verdadeira história da África’ que teria uma visão global do passado do continente, tendo por gênese o Egito antigo”.

Não é por acaso que o discurso de Sarkozy mereceu reações imediatas de pesquisadores africanos e, também, de africanistas franceses. No ano seguinte ao discurso de Dakar, uma pluralidade de publicações foi editada buscando desconstruir a fala presidencial, podendo ser destacadas as seguintes: Adame Ba Konaré, *Petit précis de remise à niveau sur l'histoire africaine à l'usage du Président Sarkozy* (primeira edição sai em Paris pela Découverte em 2008, tendo sido depois editada em Dakar pela PapyrusAfrique, Bamako pela editora Jamana e Alger pela Barzakh, todas em 2009), “L'Afrique répond à Sarkozy”, de Makhily Gassama, de entre muitos outros. Entre os historiadores africanistas franceses, Jean Pierre Chrétien dirigiu uma publicação posta a circular em 2008 intitulada *L'Afrique de Sarkozy, un déni d'histoire*.

Não vamos neste texto esmiuçar os argumentos avançados para desconstruir os discursos de Sarkozy ou de Trevor-Roper, uma vez que uma parte substancial deles fora já esgrimida seja pelos historiadores nacionalistas africanos já mencionados, seja pelos historiadores, africanos ou não, que estiveram envolvidos na elaboração da História Geral da África, bem como por toda a geração de historiadores – e não só – das independências.

O que resulta, tanto dos discursos acadêmicos quanto políticos, é que não se está perante uma ignorância em relação aos fatos históricos e à centralidade do continente africano na história universal. Trata-se, antes, de posicionamentos políticos e ideológicos que se assentam em visões de mundo, mas também em projetos de sociedade que, sistematicamente, buscam negar a historicidade do continente africano e atribuem aos africanos uma certa infantilidade, produzindo silêncios e silenciamentos (DEPELCHIN, 2005).

Centrando-nos, neste momento, na constituição e consolidação do campo científico que, não por coincidência, são correlatas da colonização do continente africano nos finais do século XIX, assistimos a uma divisão entre diferentes domínios do saber, condição para sua emergência enquanto ciência autônoma, implicando a definição de um objeto específico a ser estudado/desvendado fazendo recurso a teorias e métodos também próprios. Os espaços coloniais também eles foram objeto não apenas da partilha entre os países europeus, mas também entre as áreas do saber. Aliás, estas foram importantes na alimentação da agenda da conferência de Berlim.

O continente africano não poderia ser objeto de estudo da História por não possuir historicidade própria. Assim, o estudo da África ficou, fundamentalmente, um monopólio de antropólogos e geógrafos. A partir de meados do século XX, a criação das Escolas Colo-

niais em praticamente todas as “metrópoles coloniais” permite também que os administradores coloniais passassem a preocupar-se com este continente. Aliás, muitos deles viriam a ser importantes antropólogos, particularmente no âmbito da colonização britânica.

No que concerne a História e a Sociologia, é relativamente tardio que o continente africano passa a merecer ostentar ser seus objetos de estudo. Mas, seria antes, como diria décadas mais tarde Trevor-Roper, a história dos europeus em África e que, até hoje, vem presente nos planos de estudo e estruturas curriculares dos cursos universitários de História, como “História dos Descobrimentos”, “História da Expansão Marítima”. Mesmo quando se estudam as “Civilizações Antigas”, elas se reportam ao Oriente Próximo e ao Mediterrâneo Oriental que, na mesma linha de Hegel, teriam tido impacto no continente europeu, ou se se quiser, na civilização ocidental. Por conseguinte, o continente africano, a “África propriamente dita”, de Hegel, e berço da humanidade, começaria a entrar arrastada na historicidade e na história a partir do século XVI. Antes ele não existia. Melhor dito, ele tornado, ou mesmo construído, como inexistente. São os silêncios sobre África que sistematicamente persistem, como apontou Jacques Depelchin (2005).

A NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO: ÁFRICA E SUA HISTÓRIA

Não quero, contudo, sugerir que o discurso historiográfico africano deva tornar-se um discurso ideológico, ou melhor, politicamente engajado. De certa forma, isto já ocorreu de forma significativa durante o período de luta anticolonial e nos primeiros anos das independências, na era da euforia (MKANDAWIRE, 2005). Como aponta o historiador queniano Ochwada (2005), os historiadores nacionalistas se viram confrontados não apenas com a necessidade de se descrever uma nova historiografia quanto de desempenharem um papel relevante na consolidação dos ganhos da independência. E, neste contexto, um novo conhecimento histórico se impunha como condição para “restaurar a dignidade africana perdida durante o período colonial” (OCHWADA, 2005, p. 194).

O nacionalismo e o pan-africanismo que assolaram o continente africano no dealbar das independências deveriam ser acompanhados pela produção de um novo conhecimento científico, nomeadamente no domínio das humanidades e das ciências sociais, que colocassem centralidade reflexiva e descritiva nos grandes feitos e epopeias continentais tanto no período pré-colonial quanto durante o longo processo de enfrentamento da situação colonial.

As lideranças políticas dos Estados africanos recém-independentes conclamaram os intelectuais africanos a uma ruptura epistemológica com a produção europeia e ocidental, engajando-se na construção dos novos Estados e da unidade africana. É assim que, por exemplo, Patrice Lumumba sustentou, como aponta Wamba-dia-Wamba (2003) que “[the] *History will have its say one day – not the*

¹⁷ “A História terá uma palavra a dizer um dia – não a história que ensinam em Bruxelas, Paris, Washington ou nas Nações Unidas, mas a história ensinada nos países libertados do colonialismo e seus governantes fantoches. A África vai escrever sua própria história de glória e dignidade”.

¹⁸ “A relação entre os intelectuais africanos e pan-africanismo e nacionalismo foi tanto simbiótica como angustiante. (...) Os intelectuais desempenharam um papel importante na definição deste conceito do pan-africanismo, reconstruindo o passado, interpretando o presente e mapeando visões do futuro”.

¹⁹ “Ali Mazrui argumenta que, enquanto nós podemos imaginar intelectualismo sem pan-africanismo, não podemos conceber o pan-africanismo sem intelectualismo. Na mesma linha, Joseph Ki-Zerbo destaca a fertilização cruzada dialética dos dois, ‘dado que o nacionalismo sem pan-africanismo é sem sentido e o pan-africanismo sem uma dimensão de libertação também é um absurdo’”.

²⁰ “Não é possível fazer uma luta nas nossas condições, não é possível lutar de fato pela independência de um povo, não é possível estabelecer de fato uma luta armada como a que temos que estabelecer na nossa terra, sem conhecermos a sério a nossa realidade e sem partirmos a sério dessa realidade para fazer a luta”.

²¹ “A ideia de retorno à fonte no pensamento de Cabral não deve ser confundida com o retorno imaginado para um período e uma cultura de pureza original que nunca foi uma realidade em África. Cabral entende que o retorno à fonte que busca recuperar a história dos povos negros de uma forma descomplicada traz o risco, na melhor das hipóteses, de romantizar a cultura do povo comum, e pode muito bem deturpar os valores dinâmicos da luta de libertação”.

history they teach in Brussels, Paris, Washington or the United Nations, but the history taught in the countries set free from colonialism and its puppet rulers. Africa will write her own history of glory and dignity”.¹⁷ Esta nova história de África a ser escrita, alinhada com os ideais dos nacionalistas e dos pan-africanistas africanos, constitui, sustenta Mkandawire, como fazendo parte da era de euforia na qual:

The relationship between African intellectuals and pan-Africanism and nationalism has been both a symbiotic and a fraught one. (...) intellectuals have played an important role in shaping this pan-Africanism concept, by reconstructing the past, interpreting the present and mapping out visions of the future (MKANDAWIRE, 2005, p. 1).¹⁸

Acrescenta ainda o mesmo autor que:

Ali Mazrui argues that while we can imagine intellectualism without pan-Africanism, we cannot envisage pan-Africanism without intellectualism. In a similar vein Joseph Ki-Zerbo highlights the dialectical cross-fertilization of the two, ‘given that nationalism without pan-Africanism is meaningless and pan-Africanism without a liberation dimension is also an absurdity’ (MKANDAWIRE, 2005, p. 2).¹⁹

É, de certa forma, o que Amílcar Cabral denomina como o regresso às fontes como condição não apenas de conhecer a realidade africana (partir da nossa realidade e ser realista, dizia A. Cabral) como para sua adequada descrição e análise e, ainda, para uma intervenção sobre ela. Sustenta Cabral que:

it is impossible to wage a struggle under our conditions, it is impossible to struggle effectively for the independence of a people, it is impossible to establish effective armed struggle such as we have to establish in our land, unless we really know our reality and unless we really start out from that reality to wage the struggle (CABRAL, 2008, p. 81).²⁰

Refletindo sobre o pensamento de Cabral, Vambe e Zegeye pontuam que:

The notion of the “return to the source” is in Cabral’s political thought not to be confused with the imagined return to a period and culture of pristine purity that was never a reality in Africa. Cabral understands that a return to the source that seeks to recuperate black people’s past history in an uncomplicated way runs the danger, at best, of romanticizing the culture of the ordinary people, and may well misrepresent the dynamic values of the liberation struggle (VAMBE; ZEGEYE 2008, p. 2).²¹

As dinâmicas contestatórias que ganharam fôlego depois da Segunda Grande Guerra e que, de forma progressiva, fazem eclodir os movimentos nacionalistas e independentistas na Ásia, no Oriente Médio e em África são também acompanhadas pela emergência de escolas de pensamento africanas, particularmente escolas historiográficas, que pugnam pela desconstrução da invenção e da ideia de África (MUDIMBE, 1988; 1994) e pela revalorização do continente africano e seu efetivo e indelével contributo para a história da humanidade e para a civilização universal.

Nesse quadro as escolas de Dakar no Senegal, de Ibadan na Nigéria e de Dar es Salaam na Tanzânia, desde os anos cinquenta do século passado desenvolvem importantes trabalhos de pesquisa sobre a história, as sociedades e culturas africanas pugnando por uma nova epistemologia, mas também por um conhecimento social e politicamente ancorado na realidade africana em processo de construção. Assim, na linha de Anta Diop, em Dakar, encontramos historiadores, cientistas sociais e filósofos como Abdoulaye Ly, Joseph Ki-Zerbo, Amadou Makar Mbow, Théophile Obenga, Ali Mazrui que desenvolveram importantes trabalhos não apenas no domínio da história regional quanto continental, na esteira dos trabalhos clássicos de Anta Diop.²²

Em Ibadan, na Nigéria, temos historiadores como Kenneth Onwuka Dike, Sabaru Oladeni Biobaku, Adiele Eberechukwu Afigbo e Jacob Ajayi e em Dar es Salaam, Terence Ranger, Isaria. N. Kimambo e A. J. Temu (OCHWADA, 2005, p. 197).²³ Estas escolas foram de extrema importância não apenas por permitirem, de forma progressiva, o desenvolvimento do ensino universitário e a pesquisa historiográfica nas universidades africanas como por terem introduzido uma nova agenda de investigação não apenas em termos de novas e autônomas problemáticas quanto por pugnarem por novos paradigmas teóricos e metodológicos.

Em todo o caso, e não obstante a inflexão temática, teórica e metodológica proposta pela historiografia africana nacionalista e os *inputs* por ela dados para o projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de elaboração da História Geral da África, importantes críticas foram dirigidas ao nacionalismo histórico do dealbar das independências. A mais fundamental dessas críticas se prende essencialmente à sua forte imbricação com os projetos políticos e ideológicos dos novos estados, transformando-se, os historiadores e a reescrita da História, em muitos casos, como narrativas fundacionais, como construtoras dos mitos de origem dos Estados-Nação/Nações. *“African intellectuals reinvented different national traditions by postulating that African socialism was the most appropriate ideology in the process of charting out strategies for the development of the continent”* (OCHWADA, 2005, p. 197).²⁴

Esta relação umbilical entre os intelectuais e suas produções e os líderes políticos africanos teria, arguem os críticos, romantizado o passado africano e *“(...) stripping African history of its dynamism, contradictions and antagonisms, class struggles, and the socio-*

²² Para uma análise aprofundada da Escola de Dakar ver o trabalho de Barry (1988).

²³ Para uma visão mais aprofundada sobre as Escolas de Ibadan e Dar es Salaam ver Falola (2001). Especificamente, para a Escola de Ibadan, ver a entrevista concedida por Falola à revista *Tempo* (BITTENCOURT; FERREIRA, 2006).

²⁴ “Os intelectuais africanos reinventaram diferentes tradições nacionais, postulando que o socialismo africano seria a ideologia mais apropriada no processo de definição de estratégias para o desenvolvimento do continente”.

political, and economic transformations that people experienced at various levels” (OCHWADA, 2005, p. 199).²⁵

Mais ainda, aponta-se a estes historiadores o fato de, em muitos casos, terem caído na armadilha daqueles que se propuseram confrontar, ao acabarem – de forma consciente ou não – por legitimar discursos e posicionamentos político-ideológicos que redundaram na emergência do que Mkandawire denominou da “era de desilusão”, com a emergência de regimes políticos totalitários, regressão em termos indicadores econômicos e sociais, instabilidade política, golpes de estado sucessivos, guerras civis, etc. De igual modo, critica-se-lhes o fato de não terem profunda e adequadamente feito um trabalho de teorização que permitisse, por exemplo, uma análise mais séria das contradições das sociedades africanas (OCHWADA, 2005, p. 200).

²⁵ “Despojando a história de África de seu dinamismo, contradições e antagonismos, lutas de classes e as transformações sócio-políticas e econômicas que as pessoas viveriam em vários níveis”.

Isto possibilita maior valorização do trabalho desenvolvido pelos historiadores nacionalistas, a fim de encarar novos e velhos desafios, buscando alternativas teóricas capazes de estabelecer um diálogo com a história universal, e permitindo uma nova centralidade para a História de África, crítica e reflexivamente. Também é possível dialogar com as sociedades africanas e com a produção científica em ciências humanas e sociais africanas e mundial. Estas, ainda hoje, tendem a subalternizar o continente africano, colocando-o como um aposto da história ocidental e mundial, num olhar ainda eurocêntrico de que a história da humanidade é dela tributária.

OS DESENCONTROS E OS SILÊNCIOS, MALGRÉ TOUT!...

Volvidos cerca de sete décadas depois que os intelectuais africanos de forma mais orgânica iniciaram um processo de (re)inscrição do continente africano e de suas sociedades, passadas e presentes, na história universal, e se é verdade que o trabalho desenvolvido, de forma particular, por intelectuais africanos e africanistas permitiu a emergência de uma historiografia africana relativamente endógena (HOUNTONDJI, 2008), não se pode dizer, todavia, que essa produção esteja consolidada e que a (re)inscrição a que nos referimos tenha sido cabal e duradouramente efetivada. Na verdade, negações, denegações e silêncios sobre a África, sua história e historicidade permanecem presentes e, mais do que isso, por vezes se revelam ameaçadores do processo iniciado pela geração das independências.

A estruturação do campo científico reproduzindo, em termos de uma homologia, a estrutura das relações políticas, econômicas e de poder entre Estados e Nações, tende a subalternizar a produção científica do Sul-Global, tanto no seu sentido geográfico quanto epistêmico, cooptando e/ou silenciando os saberes que se lhe (contra)opõe. É verdade que esse processo se dá numa relação dialética em que à busca de autonomia e da endogeneia se contrapõe a tentativa de manutenção do *status quo*, isto é, da dominação científica.

Vários pensadores africanos pontuaram que, muitas vezes, as (de)negações e os silenciamentos a que vimos fazendo referência resultam, em certa medida, de uma interna-

lização de paradigmas que se encontram topologicamente bem situados e que sitiam – tentam sitiar – uma forma de pensar autónoma. Mudimbe (1988) nos reporta à *colonial library* que tem constituído as fontes privilegiadas ou únicas de produção das narrativas históricas sobre África (de forma paradoxal pelos próprios africanos). Appiah (1997) denomina de *cultura eurófona* os padrões culturais internalizados por uma expressão importante de intelectuais e pesquisadores africanos e que tendem a marcar a forma de pensar e produzir ciência. Na acepção consagrada pelo filósofo beninês Paulin Hountondji seria uma postura extravertida, voltada para fora, para o ocidente, o que tem caracterizado os estudos africanos no continente africano.

Entretanto, ainda hoje, e apesar dos avanços significativos verificados nos estudos sobre a História e a cultura do continente africano, e de sua contribuição indelével para a História da Humanidade, obras como os oito volumes da História Geral de África²⁶ e outras são testemunhos que ainda persistem na academia e discursos políticos que permeiam as relações internacionais e posicionamentos essencialmente ideológicos. É certo que ainda negam ou relativizam a historicidade do continente africano e, quando muito, a História milenar do continente africano é transmutada em apêndice da História euro-ocidental, inscrita apenas no quadro da emergência do sistema econômico do Atlântico. No ensino, particularmente nos cursos universitários de História, persiste-se, teimosamente, em ensinar a África e a História universal sob epítetos como “História de expansão”, História do Império”, “História da Colonização”, etc. Amiúde, a geografia física, ela mesma uma construção que continua sendo usada para mistificar a história de

²⁶ Numa tese de doutorado defendida em 2012, Muryatan Barbosa analisa de forma aprofundada e densa a proposta historiográfica inserta nos oito volumes já publicados da História Geral da África, sob os auspícios da Unesco. Interessa aqui pontuar na esteira das reflexões de Barbosa que, tanto em termos historiográficos quanto ideológicos, nem os autores nem os textos insertos na História Geral da África formam uma totalidade homogênea. Antes podem ser encontradas visões díspares. De um lado podem ser apontados os “internalistas” que focam seus estudos nas dinâmicas internas do continente e, de outro, os “externalistas” que priorizam como agentes ativos, os estrangeiros, árabes e europeus. Para uma análise mais detalhada ver Barbosa (2012). Outras críticas podem ser apontadas ao empreendimento patrocinado pela Unesco, nomeadamente em termos teóricos, metodológicos e das fontes. As referências já feitas às críticas formuladas pelo historiador Ochawada (2005) são exemplos.

²⁷ Trata-se de um programa lançado pelo Governo do Presidente Barack Obama que consiste, mediante seleção pilotada pelas Embaixadas dos Estados Unidos da América nos Países Africanos, em recrutar jovens africanos para frequentarem ações de capacitação visando investir nas próximas gerações de líderes africanos, melhorando suas capacidades de liderança e de empreendedorismo. Trata-se, neste caso, da Bolsa de Estudos Washington para Jovens Líderes Africanos, renomeada Bolsas de Estudos Mandela Washington para Jovens Líderes Africanos. Uma outra iniciativa complementar é a criação de quatro Centros Regionais de Liderança na África do Sul, em Gana, no Quênia e no Senegal.

África. Assim, a separação do Magrebe e do Egito da história do continente africano continua presente. Da mesma forma, malgrado as evidências arqueológicas, da linguística histórica e da bio-história, o deserto do Sahara continua sendo visto, em alguns contextos, como uma barreira intransponível entre suas margens meridional e setentrional.

No domínio dos discursos políticos e das relações internacionais, esta denegação da África e dos africanos enquanto agências e portadores de agenciamento pode ser ilustrada, como já apontado anteriormente, com o discurso de Sarkozy de 2007, no paternalismo da política externa norte-americana para a África sob a administração Obama e que se traduz, por um lado, na afirmação do Secretário de Estado, John Kerry, de que é um “Movimento Decisivo para a Democracia” em África – exportando o modelo euro-ocidental de sistema político e de governo – e, por outro, com o programa “Iniciativa Presidencial Jovens Líderes Africanos (Yali)”²⁷.

Retomando a linha argumentativa de Ousmane Oumar Kane (2013), a ruptura com estas condições teóricas e sociais de produção intelectual sobre o continente africano pelos africanos pressupõe a emergência de intelectuais não-eurófonos, capazes de, não apenas se contraporem teórica e epistemologicamente aos paradigmas hegemônicos, essencialmente euro-ocidentais, quanto de propor novos paradigmas, novos métodos e novas fontes, dialogando, aqui também criticamente, com e a partir de outros *topoi*, nomeadamente e centralmente africanos.

Seria necessária, para tanto, uma reconversão que conduzisse à emergência de intelectuais não-eurófonos (KANE, 2013) capazes de, na esteira de Diop, Obenga, Hampâté Bâ, Mafeje e outros, buscar novas e mais significativas fontes históricas inscritas numa nova agenda de investigação e ancoradas num novo paradigma. Um paradigma capaz de ser, antes de mais, localmente revelante para poder almejar uma pertinência universal (ADESINA, 2008), capaz de quebrar os silêncios e romper com a síndrome da descoberta e da abolição (DEPELCHIN, 2005) que tem caracterizado o fazer história de África. Ainda bem, como sustenta ZELEZA (2005) que a “Historiografia não é história. Ela é o estudo de como a história tem sido estudada e produzida”. Ainda bem porque assim existe a possibilidade de sua contestação, desconstrução, negação e a proposição de novos modelos explicativos, autônomos em termos teóricos e metodológicos e, quiçá, contra-hegemônicos.

Se é verdade que de forma crescente se tem tido consciência dos limites heurísticos de uma explicação historiográfica armadilhada pela epistemologia ocidental, persiste, no entanto, um grande e instigante desafio de como, crítica e reflexivamente, se pode dialogar, contrapor e negar os modelos teóricos e epistemológicos que se mostraram, no mínimo, inadequados para, ao mesmo tempo, fazer emergir uma nova perspectiva teórica de explicação da história do continente africano, mas que possa contribuir para uma nova história da humanidade. Como enfim, quebrar os silêncios e os silenciamentos e produzir novas narrativas históricas dando visibilidade e centralidade ao continente, sem o ufanismo dos historiadores nacionalistas, mas, nem por isso, uma história anódina e asséptica. Assim, tentaremos delinear, num diálogo com alguns pensadores africanos, caminhos possíveis, ou melhorar, tentar traçar pistas plausíveis.

ÁFRICA, DIÁSPORAS AFRICANAS E A HUMANIDADE

Um dos principais desafios que se coloca ao processo de pensar África passa por colocá-la como centralidade analítico-reflexiva. Significa descrevê-la, pensá-la, analisá-la nela e a partir dela para melhor situar a sua inscrição nas relações historicamente múltiplas, multifacetadas e multissituadas com outras sociedades, culturas, povos e civilizações, tendo sempre presente, antes de mais, as complexas, profundas e permanentes relações e interseções internas aos diferentes povos e sociedades africanas, condição essencial para se evitar a homogeneização das realidades africanas e, por esta via, o reforço da mitificação e reificação do continente (ou, para dizer como Mudimbe, a invenção da África). Significa

cortar com a extravasão a que sistematicamente as sociedades africanas têm sido votadas para substituí-la por um recorte endógeno. Não significa, nesta perspectiva reflexiva, a proposição de um afrocentrismo enquanto *alter ego* do “eurocentrismo”,²⁸ tão criticado por nacionalistas, intelectuais e pesquisadores africanos e não só. Antes, propõe-se pensar o continente africano como possuidor de uma autonomia histórica, por conseguinte política, cultural, social e econômica, podendo a sua trajetória histórica ser narrada, erigindo as sociedades africanas enquanto agências e os africanos como portadores de uma capacidade de agenciamento proporcionadora, entre outras, de uma potencialidade para uma emancipação intelectual, esta inscrita num discurso emancipatório, sem denegar ou renegar nem a história e historicidades de outras sociedades, povos e civilização, de um lado, e nem as múltiplas conexões que se foram tecendo entre o continente africano e outros continentes no transcurso da(s) história(s)/estória(s) da humanidade.

Uma segunda pista reflexiva está em provincializar a história de África, no sentido de torná-la uma história local, na justa medida que é esta sua localização topológica que a torna relevante, de forma endógena, para, por isso, se tornar pertinente globalmente. A imprescindibilidade da história do continente africano para a história mundial reside no fato de ser incontornável para a vivificação permanente, num diálogo em que as temporalidades não são circulares, mas também não são necessariamente cronológicas (KI-ZERBO, 2011), das próprias populações africanas.

A provincialização da história africana deveria também desencadear um processo concomitante de provincialização das histórias dos demais continentes, tornando-as centrais para si mesmos e não as erigindo em referentes constitutivos das histórias dos outros, nas quais estas seriam apenas uma imagem reflectida e uma refração da história euro-ocidental (ZELEZA, 2005). Neste sentido, não haveria uma hierarquização de histórias, mas antes histórias que, embora autônomas e com dinâmicas internas próprias, possuem em vários momentos, e cada vez mais, pontos de contato, constituindo redes de conexões, estas muitas vezes dramáticas para uns e/ou para todos. No contexto da história do continente africano impõe-se, e esta seria uma terceira pista, recentrar o estudo das diásporas africanas como constitutivas, na multiplicidade e multidimensionalidade, inclusivamente temporais, da história de África. Reconhecendo a importância da diáspora atlântica no quadro do Atlântico negro (GILROY, 1993), impõe-se conhecer, narrar e dar visibilidade às histórias de outras diásporas (europeia, asiática, nomeadamente), geralmente pouco, mal ou mesmo desconhecidas, mas que antecederam, em muito, as diásporas africanas nas Américas (ZELEZA, 2005). Esta postura no recorte do objeto da História de África tem outras implicações. Em primeiro lugar, permite dar visibilidade à presença africana em outros espaços e a contribuição desses africanos na história desses países e continentes, reforçando a desconstrução de certa visão segundo a qual o continente africano estaria essencialmente voltado pra si mesmo e que os contatos com o mundo teriam sido mais

²⁸ Tomo aqui de empréstimo ao historiador Valdemir Zamparoni a noção de “africentrismo” no sentido estrito de se diferenciar da expressão “afrocentrismo” na tradição do pensamento norte-americano, particularmente dos estudos afro-americanos e as implicações político-ideológicas inscritas nesta acepção. Na reflexão aqui desenvolvida, quer-se essencialmente sublinhar e referir a toda a produção cujo olhar está centrado na África, “nela e a partir dela”, estabelecendo redes de conexão com outras realidades sócio-históricas.

uma dinâmica externa do que interna. Em segundo lugar, ao obrigar à construção de uma nova temporalidade e de novos recortes temporais, encaminha-se para uma relativização da história do continente africano e do mundo como sendo essencialmente a história que emerge com a centralidade econômica e política imposta, essencialmente com o ordenamento (sistema) econômico atlântico. Esta proposta sugere radicalizar a necessidade de se pensar de forma efetiva e coerente a dimensão de longa duração na análise e na compreensão históricas das sociedades africanas e da humanidade.

Neste quadro, parece-nos que o estudo das diásporas africanas revela-se – ou pode revelar-se, fundamental para sustentar a História de África e desvendar a presença do continente africano na história universal. Assim, estudar as comunidades diaspóricas nas Américas, na Europa, no Médio e Extremo Oriente pode e deve ganhar idêntica centralidade nos estudos históricos bem como das ligações reais e simbólicas que tais comunidades mantiveram com o continente africano.

Mais ainda, estes estudos devem retroceder e recobrir períodos históricos anteriores à emergência e consolidação do sistema atlântico de forma a, por um lado, evitar a produção de uma narrativa histórica do continente africano como apêndice da história europeia e, por outro, demonstrar a historicidade que sempre permeou as sociedades africanas e suas relações com outros povos e civilizações desmistificando, como anteriormente sublinhado, um hipotético isolacionismo, particularmente imputada à chamada “África sub-sahariana”, e que se deveria, de um lado, ao seu clima inóspito e, de outro, ao estágio civilizacional de seus povos. Com efeito, como sustenta Zeleza,

In fact, I felt that the success of the Black Atlantic paradigm had limited our horizons, that it was important to transcend the analytical tendency that privileges the Atlantic, or rather Anglophone, indeed the American branch of African diaspora. The project seeks to transcend these analytical limitations by mapping out the dispersal of African peoples in all the major regions including Asia, Europe, and the Americas, and comparing these diaspora over time. There is abundant evidence (...) which shows African migration and involvement in various parts of Asia and Europe during the past two millennia (ZELEZA, 2005, p. 5).²⁹

²⁹ “Na verdade, eu senti que o sucesso do paradigma do Atlântico Negro tinha limitado nossos horizontes, que era importante transcender a tendência analítica que privilegia o Atlântico, ou melhor, a anglofonia, na verdade a dimensão americana da diáspora africana. O projeto busca transcender essas limitações analíticas mapeando os povos africanos dispersos em todas as grandes regiões, incluindo Ásia, Europa e nas Américas, e comparando estas diásporas ao longo do tempo. Há abundante evidência (...), que mostra a migração africana e seu envolvimento em várias partes da Ásia e da Europa durante os últimos dois milênios”.

Integrar as múltiplas diásporas nos estudos da História de África se mostra interessante por poder permitir uma visão e um conhecimento mais integrados e densos desse continente, bem como as relações complexas e, por vezes, dissonantes dessas comunidades diaspóricas com África. De igual modo, pode contribuir de forma significativa e decisiva para a produção de uma nova história da humanidade, quebrando silêncios e cumplicidades que têm marcado o fazer História (DEPELCHIN, 2005). Essa nova *démarche* poderá – e vai – contribuir para dar maior relevância, visibilidade e centralidade da África na história mundial. É, de certa forma, nos parece, o que propõe o nono volume da História Geral da África em processo de elaboração que erigiu a aná-

lise da “Diáspora Africana e suas diversas contribuições para a construção das sociedades modernas, bem como a emancipação e o desenvolvimento da África” (UNESCO, 2013, p. 3).

À GUIA DE CONCLUSÃO

Buscamos demonstrar neste texto que o continente africano quando não foi ignorado pelas ciências humanas e sociais, para além das narrativas políticas, ideológicas e religiosas, foi construído, ou inventado como objeto epistêmico (MBEMBE, 1988), sendo visto e colocado na dimensão da negatividade num quadro relacional em que a positividade se encontra do lado dos europeus/ocidentais como produtores das narrativas e de sua própria invenção. Neste sentido, por longos séculos e que adentram a contemporaneidade, muitos discursos têm negado a historicidade às sociedades africanas, reforçando uma estigmatização secular de que foram e têm sido vítimas os africanos e suas sociedades. Mesmo quando existem evidências inscritas na materialidade dos fatos, cientificamente comprovados, impõe-se toda uma tentativa de relativizá-los, havendo, em alguns casos, quem, de forma autista, se mantenha distante ao que se passa ou, então, subestima os fatos.

Constatamos também que um esforço importante foi feito por pesquisadores africanos que, no contexto da luta pelas independências, desenvolveram todo um trabalho de reescrita e reinserção da história do continente africano e de seus povos, muitas vezes com um forte cunho nacionalista, mas que foram fundamentais para a desconstrução da visão euro-ocidental, intrinsecamente eurocêntrica e estruturalmente ideológica. No entanto, este trabalho de desconstrução não se encontra completamente consolidado. Seja a nível internacional seja do próprio continente africano, persistem ainda muitas abordagens marcadamente eurocêntricas, eurófonas e prenes de visões tributárias da *colonial library*. De igual modo, não obstante os esforços no sentido de diversificar as fontes para o estudo da história da África, tirando a hegemonia e o domínio das fontes europeias, valorizando-se as fontes orais bem como dando mais primazia ao diálogo interdisciplinar com a arqueologia, etno-botânica, linguística histórica, sociologia, antropologia, entre outras, continua, ainda, numa percentagem majoritária, estudos quase que exclusivamente centrados não apenas em fontes ocidentais como assentes, teórica e epistemologicamente, em paradigmas que, raras vezes, permitem descrever, analisar e compreender as sociedades e os povos africanos. Persistem, ainda, visões extravertidas de África (HOUNTONDJI, 2008) e com reduzida ou nenhuma capacidade heurística.

Assim, o desafio que pudemos apontar para os cientistas e pesquisadores africanos das ciências humanas e sociais é o de dar centralidade à África e aos africanos na produção de uma nova narrativa. Uma centralidade que é fundamental, por um lado, para que se possa pensar o continente de forma autônoma, nela e por ela mesma, sem que isso signifique negar outras histórias e historicidades. O que se propõe é libertar o continente africano das amarras e das armadilhas de narrativas que o vêm como coadjuvante da história

de outros, vendo o seu transcurso histórico como tributário da “história dos europeus em África”, da “expansão marítima”, dos “descobrimentos”.

Por isso, uma ruptura epistemológica se mostra necessária visando a produção de um conhecimento endógeno que, provincializando-se e provincializando as demais produções de conhecimento nas ciências humanas e sociais, possa ser relevante, contribuindo, desta forma, significativamente do ponto de vista heurístico para o desenvolvimento do conhecimento científico da África e sua inserção no mundo. Este processo seria, sustentamos, a condição necessária para o rompimento com os silêncios a que sistematicamente a produção de conhecimento da África tem sido votada (DEPELCHIN, 2005). O desenvolvimento da bio-genética, ao permitir inscrever a história de África na longa duração (diversa da proposta pela Escola dos Anais, por ser mais radical temporal, espacial e teoreticamente), reforça o (re)conhecimento do papel da África e dos africanos na caminhada da humanidade como leva à necessidade de se revisitar uma parte significativa das narrativas sobre o continente e o mundo, ao mesmo tempo que indicia, ou melhor, reforça a superação de abordagens teóricas e metodológicas até então hegemônicas.

Este é, por conseguinte, um momento particularmente importante de possibilidade de inflexão substantiva e sistemática nas pesquisas sobre o continente africano reforçando, por um lado, a multidisciplinaridade e, por outro, possibilitando a produção de trabalhos ancorados na e a partir da realidade africana, entendendo-se aqui a realidade africana, na linha sugerida por Zeleza (2005), na sua interface dialeticamente dada e situada com outras realidades continentais e com suas múltiplas e diversas comunidades diaspóricas, passadas e presentes.

REFERÊNCIAS

- ADESINA, Jimi. Archie Mafeje and the pursuit of endogeny: against alterity and extroversion. *Africa Development*, v. 33, n. 4, p. 133-152, 2008.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai. África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- AKE, Claude. Raison d'être (editorial). *African Journal of Political Economy*, v. 1, n. 1, p. II-IV, 1986.
- AGOSSOU, Mèdèwalé-Kodjo-Jacob. *Hegel et la philosophie africaine: une lecture interprétative de la dialectique hégéliennne*. Paris: Éditions Karthala, 2005.
- BÂ, Hampâté. *L'empire peul du Macina (1818-1853)*. Paris: Les Nouvelles Editions Africaines/Editions de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1975.
- BÂ, Hampâté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *História Geral da África*. V.1 – Metodologia e Pré-História da África. Brasília: UNESCO, 2010, p. 181-218.
- BAH, Thierno, Moctar. *Historiographie africaine. Afrique de l'Ouest, Afrique Centrale*. Dakar: CODESRIA, 2015.
- BARBOSA, Muryatan Santana. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África (UNESCO)*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BARRY, Boubacar. *La Sénégalie du XVe au XIXe siècle: traite négrière, Islam et conquête coloniale*. Paris: L'Harmattan, 1988.

- BONG, Bwemba. A ruptura da consciência histórica africana: o principal obstáculo para o renascimento africano. In: DIOP, B. M.; DIENG, D. (Orgs.). *A Consciência Histórica Africana*. Luanda; Ramada: Edições Mulemba;Edições Pedago, 2014.
- BITTENCOURT, Marcelo; FERREIRA, Roquinaldo. A trajetória de um intelectual africano. Entrevista com Toyin Falola. *Tempo*, 20, Niterói, p. 177-186, 2006.
- CABRAL, Amílcar. *Unity and struggle. Speeches and writings*. Pretoria: University of South Africa, 2008.
- CHRÉTIEN, Jean-Pierre (Dir.). *L'Afrique de Sarkozy, un déni d'histoire*. Paris: Khartala, 2008.
- DEPELCHIN, Jacques. *Silences in African history: between the syndromes of discovery and abolition*. Dar es Salam: Mkuki na Nyota Publishers, 2005.
- DIENG, Amady Aly. *Hegel et l'Afrique noire: Hegel était-il raciste?* Dakar: CODESRIA, 2006.
- DIENG, Amady Aly. *Hegel, Marx, Engels et les problèmes de l'Afrique Noire*. Paris: L'Harmattan, 2013.
- DIOP, Cheikh Anta. *Antériorité des civilisations nègres: mythe ou réalité historique*. Paris: Présence Africaine, 1992.
- DIOP, Cheikh Anta. *Nations nègres et culture*. Paris: Présence Africaine, 2000.
- FALOLA, Toyin. *Nationalism and African Intellectuals*. Rochester: University of Rochester Press, 2001.
- GASSAMA, Makhily (Dir.). *L'Afrique répond à Sarkozy. Contre le discours de Dakar*. Paris: Ed. Hilippe Rey, 2009.
- GILROY, Paul. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1993.
- GORDON, Lewis. Disciplinary decadence and the decolonisation of knowledge. *Africa Development*, Dakar, v. 39, n. 1, p. 81-92, 2014.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *La raison dans l'histoire* (Publication en 1837 de cours dispensés à l'Université de Berlin de 1822 à 1828), coll. 10/18, p. 245-269, 2003. Disponível em : <http://www.geo-phile.net/IMG/pdf/Hegel_Afrique_La_raison_dans_l_histoire-2.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.
- HOUNTONDJI, Paulin. Duas perspectivas de estudos africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 149-160, mar. 2008.
- KANE, Ousmane Oumar. *Non-europhone Intellectuals*. Dakar: CODESRIA, 2013.
- KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: KI-ZERBO, J. (Org.). *História Geral da África*. V. 1. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 2011, p. 387-399.
- KONARÉ, Adame Ba (Dir.). *Petit précis de remise à niveau sur l'histoire africaine à l'usage du Président Sarkozy*. Paris: Découverte, 2009.
- MAFEJE, Archie. *Anthropology in post-independence Africa: end of an era and the problem of self-redefinition*. Nairobi: Heinrich Böll Foundation, Regional Office East and Horn of Africa, 2001.
- MBEMBE, Achille. *Afriques indociles: christianisme, pouvoir et état en société postcoloniale*. Paris: Editions Karthala, 1988.
- MKANDAWIRE, Thandika (Ed.). *African intellectuals. Rethinking politics, language, gender and development*. Dakar: CODESRIA, 2005.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1988.
- MUDIMBE, Valentin Yves. *The Idea of Africa*. Bloomington and Indiana: Indiana University Press, 1994.
- OBENGA, Théophile. *La philosophie africaine de la période pharaonique : 2780-330 avant notre ère*. Paris: L'Harmattan, 1990.
- OBENGA, Théophile. *Origine commune de l'égyptien ancien, du copte et des langues négro-africaines modernes*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- OBENGA, Théophile. *La géométrie égyptienne. Contribution de l'Afrique antique à la mathématique mondiale*. Paris: L'Harmattan/Kheper, 1995.

OCHWADA, Hannington. Historians, nationalism and Pan-Africanism: myths and realities. In: MKANDAWIRE, T. (Ed.). *African Intellectuals. Rethinking politics, language, gender and development*. Dakar: CODESRIA, 2005.

OKONDA, Benoît Okolo. *Hegel et l’Afrique. Thèses, critiques et dépassements*. Paris: Le Cercle Hermèneutique Éditeur, 2010.

WAMBA-DIA-WAMBA, Ernest. African History and teaching in East Africa since 1960. In: ZELEZA, P. T. *Rethinking Africa’s globalization*. V. 1. The Intellectual’s Challenges. Trenton: Africa World Press, 2003, p. 65-69.

SARKOZY, Nicolas. Discurso proferido na Universidade Cheikh Anta Diop em 2007. Disponível em: <<http://www.afrikara.com/index.php?page=contenu&art=1841&PHPSESSID=044c45260248abdddc803>>. Acesso em: 8 set. 2015.

TAVARÈS, Pierre Franklin. *Hegel, critique de l’Afrique. Introduction aux études de Hegel sur l’Afrique*. 1990. Thèse (Doctorat) – Université Paris I, Paris, 1990.

TREVOR-ROPER, Hugh. *The rise of Christian Europe*. Londres: Harcourt, Brace & World, 1965.

UNESCO. *Meeting of experts on the elaboration of a 9th vol. of the General History of Africa (GHA)*. Concept Note. Addis Ababa: 2013.

VAMBE, Taonezvi; ZEGEYE, Abebe. Amílcar Cabral: national liberation as the basis of Africa’s renaissances. In: CABRAL, A. *Unity and struggle. Speeches and writings*. Pretoria: University of South Africa, 2008.

ZELEZA, Paul Tiyambe. *Banishing the silences: towards the globalization of African history*. Dakar: CODESRIA, 2005.